

Literatura e Memória Política. Angola, Brasil, Moçambique, Portugal

São Paulo: Ateliê Editorial 2015, 307 p.

ALEŠ VRBATA [alesvrbata@hotmail.com]

Universidade Estadual de Feira de Santana, Brasil

<https://doi.org/10.5817/ERB2018-1-16>

Este livro é uma coletânea dos ensaios tratando a inter-culturalidade política e literária no âmbito da cultura lusófona. Os participantes dela são escritores angolanos, brasileiros, moçambicanos e portugueses. Mas a ideia fundamental atrás dessa coletânea não é só “inter” e “multi-culturalidade” no âmbito da língua portuguesa, mas principalmente a ideia da relação entre a literatura e a memória política neste vasto espaço. Como os próprios organizadores salientam na apresentação (p. 9–14), eles buscam percorrer “o campo estético, reconhecidamente fértil e denso das literaturas [...], a um campo igualmente extenso e problemático, a dos desenhos provenientes da vida sociocultural e especial da literatura, com os discursos da memória e da história [...]”. São inscrições de diferentes manifestações de nosso comunitarismo linguístico-cultural, entre aproximações e tensões/fricções, que permitem problematizar suas bases políticas e instâncias de poder simbólico” (p. 9–10). Justamente por essa razão os participantes dessa coletânea voltam a sua atenção aos conflitos sociais contemporâneos e do passado também. Por isso produção e temas literários aqui tratados são dos escritores tanto do passado (Graciliano Ramos, Jorge Amado) quanto do presente (José Luandino Vieira, Mia Couto, Pepetela). Este volume, principalmente a primeira parte dele, apresenta os autores da África de língua portuguesa no papel político, ideológico, semi-religioso ou profético, como criadores de um novo imaginário mitológico-nacional porque há uma dimensão da produção literária deles que transcende o estético e o literário e entra no político, ideológico e aborda – através do imaginário simbólico local – as camadas mais profundas da psique coletiva

local, isso tudo no contexto da construção nacional de pós-descolonização. Em outras palavras, este volume comprova a tese da Aida Gomes, que “na construção inicial do estado, o mito-conceito nação tomou primazia e tanto os chefes das nações independentes como os escritores partilharam a noção de que aos intelectuais cabia o poder e a influência na construção, renovação, e mesmo a reinvenção da identidade nacional – isto, partindo do pressuposto de que a literatura de ideologia é que foi e é o lugar de articulação da imagem nacional [...]”. Neste sentido, a África de língua portuguesa, marcada por independências tardias (1975), teve uma produção literária marcada por escritores que se identificaram com o esforço da formação da nação. Tendo as suas literaturas servido como instrumentos de protesto de uma construção identitária, através do qual se tentou fixar a identidade da nação” (Gomes 2014: 32).

Introduzido pela *Apresentação* (p. 9–14) este volume é dividido segundo critério geográfico em três partes: I. Angola e Moçambique (p. 17–86), II. Brasil (p. 87–222), e III. Portugal (p. 223–299). O volume é concluído pela lista dos colaboradores com as curtas notas biográficas (p. 301–307). Os participantes nesse volume são professores das instituições universitárias brasileiras (São Paulo, Salvador, Porto Alegre, Rio de Janeiro), portuguesas (Porto, Coimbra) e italianas (Bolonha) realizando suas pesquisas no vasto âmbito dos estudos literários lusófonos.

A primeira parte é composta por quatro capítulos-artigos dos quais o primeiro é intitulado *Da certeza das Vidas Novas à História Real de um Amor Impossível* da autoria da Laura Cavalcante Padilha

(Rio de Janeiro). A autora chama atenção ao entrelaçamento entre literatura e política não só em escritos do angolano Luandino Vieira, mas também na história moderna de Angola onde o engajamento de *hommes de lettres* se tornou significativo justamente no processo da independência. Nesse contexto a autora destaca a coletânea *Vidas Novas* (escrita em 1962 na prisão em Luanda) do Luandino Vieira. Já o fato de que as guerras luso-africanas por independência começaram no ano 1961 e que os contos de Luandino foram escritos nesse contexto e ainda por cima na prisão é significativo e explica porque a autora considera essa obra “um pacto explícito de Luandino com o desejo a guerra pela independência” e até sugere a leitura alternativa do título “Angola, dos anos 60 aos Nossos Dias. A História Real de um Amor impossível” (p. 17). Para a autora são Luandino tanto Pepetela que apresentam a “força inovadora e expansiva” e a “nova literatura” apontando para um futuro livre, independente, criativo do país. No caso particular de Luandino se trata principalmente de *Vidas Novas* e do romance *Nós, os dos Makulusu* (escrito em Tarrafal, campo de concentração português situado em Cabo Verde em 1967) que “fazem cúmplices do processo libertário” (p. 19), mas enquanto no primeiro o escritor propõe “uma linguagem literária inovadora que também se faz um gesto de liberdade” (p. 20) e “a euforia e confiança parecem mais consolidadas” (p. 19), no caso do segundo tem “uma certa dose de desconfiança ou temor de que o projeto encontrasse entraves para sua plena consolidação” (p. 19). A partir dessas leituras e dos estudos de estudos sociais (Antonio Gramsci, Walter Mignolo, Walter Benjamin, Benedict Anderson) a autora analisa os entraves da democratização de Angola que “continuam a impor-se” e impedem “que os povos subalternizados, quase todos povos do sul do planeta, possam desenvolver [...] nova identidade em política” (p. 23) i.e., e transformar o mundo descolonizado no mundo independente e criativo, ideia que encontramos na obra ficcional de Pepetela (Muana Puó).

Segundo o artigo intitulado: *Duas Viagens, um Destino, Moçambique* (p. 37–58), da autoria de Regina Zilberman, nos introduz aos dois even-

tos históricos e às adaptações literárias deles: 1) naufrágio do galeão São João (1552) e o destino de alguns da tripulação dele – capitão Manuel de Sousa Sepúlveda, a sua esposa Leonor de Sá e dos filhos deles no continente africano; 2) da viagem-missão africana do padre D. Gonçalo da Silveira, o provinciano jesuíta, da Índia para a região da atual Zimbábue onde foi acusado de feiticeiro e assassinado em 1561. Como se sabe, naufrágios constituíram assunto que se tornou tópicos de narrativas e poemas e o mesmo aconteceu com o naufrágio do galeão São Joao que aparece em *Os Lusíadas* (1572) de Camões, na *Elegiada* (1588) de Luís Pereira Brandão, no *Naufrágio do Sepúlveda* de Jerônimo Corte Real, na História Trágico-Marítima (1735–36) de Bernardo Gomes de Brito entre os portugueses e na obra de João Manuel Pereira da Silva, entre os brasileiros. A autora do capítulo não só descreve o evento histórico do naufrágio, mas nomeadamente a diluição da fronteira entre a ficção/fantasia/mitologia e evento/realidade histórica e também sobre a descrição semi-mitológica do continente africano presente nessas obras. Mitologia grega e imaginário grego está presente em todas essas obras. O mesmo pode ser dito sobre a missão de D. Gonçalo da Silveira que reaparece não só na prima-obra de Camões, mas mais recentemente no romance *O Outro Pé da Sereia* (2006) de Mia Couto. Em todas essas descrições a autora mostra, revela e esclarece a projeção ocidental ao “outro” oriental desconhecido, projeção da sombra ocidental ao oriente selvagem, demoníaco, que reabre todas as ansiedades e inseguranças. Como diz a autora “[...] ao comparar a costa oriental da África ao lado invisível da Lua, o padre confessa o desconhecimento não apenas do mundo que lhe compete evangelizar, mas também dos seres humanos, interpretados como criaturas procedentes de outro planeta” (p. 52).

No terceiro artigo escrito por Rosângela Sarteschi, *Pepetela e O Quase Fim do Mundo* (p. 59–86), de novo a ênfase é posta na dimensão ideológico-filosofica ou até profética da obra ou vocação do escritor na África (lusófono). Eu me refiro ainda uma vez à Aida Gomes quando esta diz que “muitos escritores nos cinco países independentes

Africanos [...] tiveram o conteúdo dos seus produtos literários politizados, tal foi a herança das lutas de libertação das décadas de 1950 e 1960 [...]. Um dado natural, principalmente em Angola, onde o primeiro governo independente distribuiu cargos ministeriais por escritores como Pepetela e Manuel Rui, e o primeiro Presidente, Agostinho Neto, sendo poeta, foi aclamado pai da poesia nacional, para além de fundador na nação” (Gomes 2014: 32–33). No ver de Rosangela Sarteschi, a trajetória de Pepetela aponta além do literário porque ela constitui “a ponte estabelecida com a História – presente e passada – de seu país realiza-se em sua escrita em um espaço de fronteiras entre os campos da Literatura e da História” e Pepetela “resgata elementos do passado para estabelecer, pois, uma perspectiva de nação e uma certa compreensão do próprio presente” (p. 59–60). Este “resgate” é o tema deste capítulo.

Tania Macedo no capítulo *O Império Colonial Português e sua Retórica* (p. 73–86) trata o período colonial português do século XX, sua linguagem colonial e dentro dela também a literatura africana da língua portuguesa como assuntos e áreas tratadas a partir da política autoritária e colonial portuguesa da época. Mesmo que hoje, como diz autora, esse território faz parte da “amnésia” portuguesa e mesmo que depois do fim da ditadura (1974) a “literatura colonial transformou-se em terra de ninguém”, i.e. “conjunto de textos agrupados sob essa denominação [...] praticamente inexistente” (p. 75–76).

A segunda parte do livro é composta por seis capítulos e é dedicada ao Brasil. O autor do primeiro capítulo, *Linguagem e Vida Social nos Romances de Graciliano Ramos* (p. 89–113), é Benjamin Abdala Júnior. A perspectiva assumida pelo autor é a interação entre o social/político e o literário na obra literária do Graciliano Ramos: “[...] a escrita de Graciliano Ramos procura transformar-se em um fato social ativo pelo desempenho de uma dupla função histórica: por um lado, através da práxis e da metalinguagem dos narradores, ela define a si mesma; por outro, contribui para o processo do conhecimento sócio-cultural, definição de aspectos relevantes da totalidade social, presente em sua

escrita não apenas como representação referencial, mas como formas articulatórias capazes de entrar em tensão com os hábitos culturais de seus leitores” (p. 90). Outro capítulo, de Eneida Leal Cunha, versa sobre *Jorge Amado Revisitado: Conflito e Familiaridade* (p. 115–129). Também aqui a dimensão política da obra literária está presente porque, como diz o próprio autor, “entre 1931 e 1937 Jorge Amado publicou seis romances, nos quais está presente a confluência entre a dimensão política, expressa na deliberação de escrever o ‘romance proletário’ [...] e a dimensão étnico-racial, que emerge poderosamente em Jubiabá” (p. 116). O autor revisita a obra do Jorge Amado principalmente a partir do romance Jubiabá, rotulado, dependendo do contexto social, como “romance do negro” ou “íliada negra”. Segundo o autor foi nomeadamente a partir dos anos 1970 que esta obra de Jorge Amado foi lida como uma negociação entre três discursos: 1) Meta-narrativa marxista; 2) Presença física e cultural dos negros na sociedade brasileira; 3) Cultura letrada. Enquanto essas leituras “leram” Jorge Amado a partir das dicotomias, o projeto da revisita sugerido por Eneida Leal Cunha deve trabalhar com “interseções produtivas entre conflito e familiaridade – ou entre descontinuidades e continuidades” (p. 117). Neste capítulo o autor analisa e observa o binômio espacial no romance de *Jubiabá: a cidade e o morro*. O terceiro capítulo da segunda parte do livro também versa sobre Jorge Amado e a obra dele: Fabiana Carelli no seu artigo *Jorge dos Subterrâneos: Literatura, História e Política no Estado Novo* (p. 131–159) salienta que com frequência, como diz Alfredo Bossi, “‘tudo’, no mais conhecido Jorge Amado, ‘se dissolve no pitoresco’, no ‘saboroso’, no apimentado do regional” (p. 133), mas ne verdade há também um outro lado do Amado. O próprio Alfredo Bosi e muitos outros (Ilya Ehrenburg, Alice Raillard e outros) identificaram também outras fases na obra dele: a do “romance proletário”, a dos “depoimentos líricos”, a dos “escritos de pregação partidária”, a dos “afrescos da região do cacau”. Foi nomeadamente a partir dos anos 1990 que os críticos literários começaram a estudar a chamada “fase política” que começou com *Cacau* (1933) e *Suor* (1934). Fabiana Carelli identifica a culminação des-

sa fase com a trilogia *Os Subterrâneos da Liberdade* (concluída em 1952, publicada em 1954). Assim, a autora deste capítulo versa sobre esta fase de Jorge Amado, sobre o aspecto político e ideológico da criação “amadiana” e sobre o próprio escritor que, sobre a obra acima referida, disse que “[carrega] a marca de uma visão de mundo stalinista que foi a minha, e na qual muitas das coisas são em preto e branco” (p. 133). O seguinte, quarto capítulo, é da autoria do José Nicolau Gregorin Filho e intitula-se *Literatura Infantil/Juvenil e Política: Um Jogo de Espelho* (p. 161–171) e trata de “uma literatura para crianças e jovens vinculada à transmissão de aspectos ideológicos subjacentes às diferentes concepções pedagógicas e que, por sua natureza e função, prestam-se à divulgação de ideologias políticas no tempo em que assumem e se fazem presentes no poder” (p. 161). Convencido de que esse tipo de literatura “guarda [...] grande carga ideológica” e é “responsável até por uma série de preconceitos em ambientes acadêmicos mais tradicionais” (p. 162), Gregorin Filho mapeia a trajetória do elemento ideológico na literatura brasileira e nomeadamente na época da ditadura militar (1964–1985). No quinto capítulo, *Quarup: As Utopias Revolucionárias dos Atos 1960 e 1970* (p. 173–206) a autora, Rejane Vecchia Rocha e Silva, versa sobre o romance *Quarup* (1984) de Antonio Callado. Sendo um ritual de alguns grupos indígenas cujo significado e simbolismo se refere à passagem dos recém-mortos à outra dimensão do ser, *Quarup* – na interpretação da autora – é um ritual que, no romance de Antonio Callado, serve como fio condutor das histórias narradas nas 601 páginas do romance e abre perspectiva de “uma visão profundamente ampla e crítica de um Brasil das décadas 1960 e 1970” (p. 173). Como a autora diz: “o romance acaba por projetar uma estrutura social que, por um lado, se constitui a partir do centro econômico dominante, [...] e, por outro, se remete à realidade de uma parcela de cerca de duzentos e oitenta povos indígenas [...]” (p. 173). Último capítulo da segunda parte, *As Potências da Claustrofobia: Limiares Políticos do Pensamento e da Literatura do Cárcere* (p. 207–222) é da autoria de Roberto Vecchi e desenvolve uma comunicação oral e inédita apresentada no *11 Congresso Interna-*

cional Abralic em São Paulo (USP, julho de 2008) cuja primeira versão apareceu na Itália (*Rassegna Iberistica*, 91, 2010, p. 43–52). Aqui o autor desenvolve tema que chama “claustrosófia”, um link entre confinamento carcerário e o pensamento livre e pergunta até que ponto a tentativa de enclausuramento das livres formas de pensar ou a própria prisão preserva ou alimenta uma relação especial com o pensamento. Os autores e livros mencionados nesse contexto são Rocha Pombo (1905), autor de *No Hospício*; o angolano José Luandino Vieira cujo *opus magnum* remonta até os anos do cárcere de Tarrafal, na época do salazarismo; Antonio Gramsci e *Quaderni del cárcere*, dele, e até – à surpresa daqueles que costumam ler académicos brasileiros contemporâneos – o teórico político conservador Carl Schmitt que, também, “encontra na cela algo de próximo de Gramsci, as ‘desoladoras vastidões’ de um espaço fechado” (p. 212) nos textos lúcidos de *Ex Captivitate Salus*. Através das leituras teóricas o autor chega à questão: se “as claustrosófias poderão ou não tornar-se pensamento sobre a modernidade e as barbáries modernas?” (p. 217) e ao exemplo delas, na obra de Lima Barreto, Graciliano Ramos ou Raul Pompéia.

A terceira seção do livro é dedicada a Portugal e contém cinco contribuições dos quais a primeira, da autoria de Isabel Pires de Lima, intitulada *Realismo e Política – o caso de Alves Redol* (p. 225–234), versa sobre a relação literatura – política na obra de Alves Redol (*Gaibéus*, 1939; *Barranco de Cegos*, 1961). Admitindo a contradição enraizada na produção neorrealista (“... sentimo-nos herdeiros da lição modernista... somos filhos mais ou menos desencantados do formalismo estruturalista, convencidos de que a literatura seria uma propriedade da linguagem ...perdermos a velha noção aristotélica de que os homens se distinguem dos animais enquanto seres políticos...”, p. 225) e com referência às reflexões de Jacques Rancière (*Politique de la littérature*, 2007) interpreta a obra de Alves Redol como obra que “ganha novos sentidos e recoloca a discussão da natureza da literatura neorrealista” e que “no próprio momento inaugural do movimento neorrealista, ter aberto o debate estético interno” (p. 228). Segundo artigo, da autoria de



Jane Tutikian, intitulado *A Literatura e os Retratos de Duas Gerações* (p. 235–249) é dedicado à literatura portuguesa da assim chamada Geração de 50. Esta literatura engloba várias vertentes (literatura marcada pelo existencialismo, resistência, feminismo) e a autora, exemplificando muitos deles, referindo-se aos romances dos anos 50, 60, 70 e 80, descreve todo o século XX português político-literário para concluir que enquanto a geração de 50 “havia sonhado e mitificado a revolução que viria do povo”, mais tarde, com “Geração de Abril” há “um vazio, um conjunto de gritos soltos de uma sociedade ‘atropelada’ pela democracia” (p. 247) sem qualquer transição. Para Tutikian, enquanto outras sociedades “viveram guiadas e inspiradas por um conjunto de crenças e ideias que perpassam a própria História. Mas não a nossa. A nossa é a primeira que tenta viver sem uma doutrina além da histórica” (p. 247) e isso é que revela a literatura portuguesa da segunda parte do século XX. O terceiro artigo, da autoria de Margarida Calafate Ribeiro, é intitulado *Íntimos Fantasmas: Memórias de África na Literatura Portuguesa Contemporânea* (p. 251–268) e parece que elabora temas abertos e não discutidos no artigo anterior. A diferença é que aqui a autora abre temas da sociedade e literatura portuguesas contemporâneas. Primeiro, a literatura é vista como “espaço de interação reflexiva que legítima, interroga ou questiona o poder” (p. 251), segundo a autora, toca o “lado sombrio” da democracia portuguesa e a incapacidade da sociedade cívica tocá-lo sem ficar incomodada: “Pós-25 de abril de 1974 pensaríamos [...] que todos os temas seriam amplamente discutidos, mas a verdade é que o império, a Guerra Colonial que lhe pôs fim, a descolonização que lhe seguiu [...] constituíram sempre uma espécie de memória silenciada, uma memória, difícil de assumir e elaborar pelo novo regime” (p. 251). É justamente esse esquecimento, silêncio ou recalçamento que a autora trata e lembra que há uma parte da produção literária que rememora dores e mágoas portuguesas recentes (Lobo Antunes, Eduardo Lourenço, Isabela Figueiredo, Dulce Maria Cardoso). O artigo de Pedro Brum Santos intitulado *Escrita, História e Política em José Saramago* (p. 269–285) revela o aspecto

político-histórico da obra de Saramago e procura “demonstrar [que seus] arranjos e concatenações são utilizados preferencialmente para salientar a estima do autor pelo social e pelo histórico [...]” (p. 272). É que este escritor frequentemente manifesta “interesse pelas questões históricas e uma forma original de expressá-las” (p. 271) e que lendo Saramago “ficamos sem saber se o que estamos lendo remete a uma realidade exterior homóloga [...] ou ao elemento fantasioso produzido por uma espécie de fluxo de consciência [...]” (p. 272). Para Brum Santos na obra de Saramago o conjunto da história e da narrativa de ficção “elabora reiteradas vezes a dificuldade de discernir entre um e outro campo do conhecimento” (p. 274). O último artigo é da autoria de Vima Lia Martin, e intitulado *Representações da Tortura e da Morte em Dois Romances de Língua Portuguesa* (p. 287–299) e focaliza romance do angolano Luandino Vieira (*A Vida Verdadeira de Domingos Xavier*, publicano em 1974) e do português José Saramago (*Levantado do Chão*, publicado em 1980). Os dois romances são analisados principalmente a partir das duas cenas da tortura que leva os torturados à morte e assim o autor demonstra não só como “a presença opressora e covarde da polícia política portuguesa determina o destino de personagens que optam por enfrentar os representantes de uma ordem social profundamente injusta e excludente”, mas também que “personagens populares, extremamente humanizadas em suas aspirações e fraquezas, adquirem uma grandeza épica [...]” (p. 288). A parte final do livro contém a lista dos colaboradores (p. 301–307) informando os leitores sobre afiliação e produção deles. Esta coletânea de ensaios focalizada na interação entre literatura e política/história do mundo da expressão portuguesa cobre um espaço enorme, tanto geográfico quanto histórico e paradigmático. Abrindo questões, frequentemente desagradáveis, das tensões sociais, políticas e culturais, essa coletânea apresenta o olhar das belas letras em relação aos problemas as vezes esquecidos e recalçados através do mundo da expressão portuguesa. Este coletânea não deveria faltar em nenhum departamento universitário de língua e cultura lusófona.

Referências bibliográficas

Gomes, A. (2014). Por uma literatura sem muros. Um depoimento. In E. Rodrigues-Moura, & D. Wieser (Org.), *Identities em Movimentos*.

Construções identitárias na África de língua e seus reflexos no Brasil e em Portugal (pp. 17–43). Frankfurt am Main: TFM – Verlag Teo Ferrer de Mesquita.